

Imigração e Colonização

NICOLA MARFISI

SOBRE os artigos aparecidos nestes últimos tempos na imprensa, referindo-se à imigração italiana no Brasil, proponho-me esclarecer algumas inconveniências que foram verificadas neste pós-guerra a fim de evitar os enganos que a seguir enumero.

Primeiro — críticas que prejudicam o bom nome dos imigrantes italianos, aos quais todos conhecem, através da afirmação e colaboração dos velhos pioneiros neste país, ótimas qualidades como técnicos e trabalhadores em geral, devido a sua fácil aclimação e sua facilidade de assimilação.

Segundo — críticas que prejudicam o bom nome dos futuros imigrantes que na fase de recuperação econômica, agrícola, industrial e comercial destes últimos anos engrandeceram a Itália.

Pretendo colaborar no esforço que vise a evitar que a imprensa estrangeira confunda a real e fraterna acolhida latina oferecida pelo povo brasileiro, em tôdas as épocas, aos imigrantes italianos e aos de tôdas as outras nacionalidades.

Todos conhecemos o resultado pouco satisfatório das cooperativas agrícolas de produção italiana emigradas para o Brasil nestes últimos anos e enviadas aos Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e núcleo do Paraná.

A imprensa italiana, em devido tempo, criticou amplamente essa imigração devido ao seu mau resultado.

A primeira comissão de estudos destas cooperativas, em janeiro de 1949, entrou em entendimento com o governo de Goiás, para transferência de trabalhadores para êsse Estado e, principalmente, de algumas centenas de famílias de camponeses.

Sobre êste primeiro acôrdo foram dadas inúmeras entrevistas à imprensa, aqui no Brasil e na Itália. Esta propaganda foi tão intensa que outras cooperativas surgiram na Itália e enviaram as suas comissões de estudo ao Brasil.

Destas, as de produção e emigração, nascidas na península somente com as cotas de associações, nenhuma tinha competência para financiar as despesas de suas comissões de estudo ou comprar máquinas e instrumentos agrícolas.

Chegou ao nosso conhecimento que para estas despesas os dirigentes cobravam uma contribuição aos sócios da instituição, assegurando aos que a pagavam a imediata transferência para o Brasil.

A maioria destas famílias de sócios agricultores era, na maior parte, da categoria de diaristas braçais agrícolas e, portanto, nada possui, tanto assim que, para depositar a segunda cota, muitos dêles empenharam até os últimos utensílios domésticos que possuíam, confiando nos imediatos resultados da propaganda.

Não se sabem quais são os meios materiais que foram prometidos a essas cooperativas pelas autoridades italianas e outras autoridades interessadas do Governo Federal e Estadual do Brasil.

Vieram os primeiros grupos de imigrantes e cada grupo chegou às localidades escolhidas nos vários Estados. Logo após os primeiros dias surgiram as divergências entre os vários dirigentes e trabalhadores. Quais os motivos?

Aqui no Brasil assistimos à deserção de membros e de técnicos dessas cooperativas, os quais, em sua maioria, foram para o Estado de São Paulo, outros passaram algum tempo em fazendas particulares em outros Estados, parte voltou à Itália e alguns foram para a Argentina.

Na Itália ocorreu a falência dessas cooperativas, com a perda das duas cotas depositadas por centenas de sócios. Devido a isso, a Imprensa Italiana, das várias correntes políticas, interferiu dura e escandalosamente contra a organização dessas cooperativas de emigração e produção, contra as autoridades Italianas pela sua fútil orientação e contra a emigração para o Brasil.

Devido ao meu conhecimento dos costumes dos trabalhadores italianos, resultado das experiências que adquiri durante a minha estada neste país, desejo novamente dar o meu parecer a respeito da relação de imigrantes italianos, a fim de evitar a repetição dos mesmos desagradáveis inconvenientes no futuro.

O agricultor italiano não necessita de elogio. O alto rendimento produtivo por hectare cultivado nesse país, demonstra que o trabalhador agrícola, em geral, sabe preparar o terreno no momento oportuno, usar proporcionalmente os adubos químicos, tratar as plantações e usar em tempo útil inseticidas e fungicidas a fim de evitar as doenças das plantações.

No meu primeiro artigo publicado nesta Revista, informei que os trabalhadores agrícolas da Itália dividem-se em quatro categorias ou seja: cultivadores diretos, rendeiros, meeiros, diarista

braçal. Todos êstes são tutelados pelas associações sindicais.

Os cultivadores diretos, meeiros e rendeiros, não emigram em família porque gozam de um contrato de trabalho estável e tem um padrão de vida adequado ao seu trabalho. Quando o núcleo dessas famílias cresce demasiadamente acarretando a falta de espaço, emigram parte delas ou os mais jovens.

O diarista braçal pertence à categoria mais pobre. Eles emigram em famílias e foram, em todos os tempos, melhores pioneiros da colonização italiana em todos os continentes. Um belíssimo exemplo de sua capacidade nos foi oferecido na África e particularmente na Líbia, onde transformaram áridas terras em fazendas férteis e produtivas. Esta categoria é a das melhores imigrantes que se adaptam à nova colonização do Brasil.

A seleção deve ser feita, porém, no país de origem tendo em vista:

a) Selecionar o imigrante de categoria correspondente à necessidade de trabalho no Brasil e evitar a entrada de imigrante como camponês quando é barbeiro ou quando quer ficar na cidade;

b) verificar se as condições físicas do imigrante correspondem à necessidade de adaptação ao clima e que não sejam portadores de doenças,

c) examinar os precedentes morais e políticos;

d) verificar se o imigrante se assimila aos trabalhadores brasileiros.

Sobre a seleção dos imigrantes refugiados de guerra a comissão incumbida dêsse trabalho encontrou o imigrante nos campos de refugiados e respectivos documentos na administração desses campos.

Entretanto, para selecionar os imigrantes italianos, é muito diferente o processo a adotar porque nenhuma família de nacionalidade italiana se encontra em campos de refugiados de guerra. Todavia, é possível encontrar-se nesses campos algumas famílias italianas das províncias de Fiume, Pola, Zara e zona B do território de Trieste, transferidas para a administração iugoslava no pós-guerra.

À vista do exposto, a seleção do imigrante italiano não pode ser feita somente através da comissão brasileira, sendo indispensável a colaboração de técnicos italianos que conheçam as várias associações sindicais e as culturas praticadas nas diversas províncias da Itália procedendo-se, então, da seguinte maneira:

1.º entrar em contato, em Roma, com uma ou mais associações sindicais a fim de obter colaboração e orientação, levando-se em conta o fato de que existem várias organizações orientadas pelos partidos políticos;

2.º obter, por meio dessa orientação e colaboração, o conhecimento da categoria de trabalhadores especializados nas culturas de interesse para o Brasil;

3.º obter, nas sedes provinciais dessas associações, as listas dos trabalhadores de todos os municípios, dos desempregados e de outros que desejam emigrar;

4.º segundo o número de imigrantes de que se necessita, obter da associação as listas com documentação discriminatória individual, familiar e respectivas residências.

Estas associações colaboram para a emigração, sendo para elas fonte de propaganda.

Terminado o trabalho preparatório do documentário e, ao mesmo tempo, da preparação no Brasil para a localização definitiva dos imigrantes, seria de bom alvitre convidar os candidatos à emigração a dirigirem-se às sedes sindicais municipais ou provinciais para o necessário exame sanitário, antes do embarque, em grupos, para o Brasil.

Quais os outros assuntos que a comissão encarregada da preparação e seleção de imigrantes pode tratar?

Quando a comissão estiver nas capitais das províncias poderá ela preparar a documentação completa necessária à imigração de operários artesãos, técnicos especializados para várias indústrias e examinar a possibilidade de transferência para o Brasil daquelas médias e pequenas indústrias que, voluntariamente, desejam emigrar.

Para os operários artesãos das várias profissões e para a indústria, cada categoria possui o seu sindicato. As sedes provinciais fornecem relações nominais, documentação sobre referências de trabalho e lugar de residência.

Para as médias e pequenas indústrias, seja para industrializar os produtos agrícolas, ou outro qualquer, há em cada província as câmaras de Indústria e Comércio onde são registradas as indústrias existentes na província e onde se pode colher informação e aquela orientação e colaboração necessárias.

Do exposto, uma vez que a comissão de seleção preparou a documentação sobre todas as categorias de técnicos e trabalhadores de interesse para o Brasil, as imigrações sucessivas serão simplificadas de tal maneira que as próprias autoridades consulares do Brasil na Itália podem, por si mesmas, providenciar o embarque de qualquer número de imigrantes solicitados pelo *Departamento Nacional de Imigração e Colonização*.

Não é possível falar em imigração sem fazer menção à Colonização, porque uma vez que se permita a vinda de imigrantes, eles devem localizar-se para trabalhar e produzir para seu próprio bem-estar e do país que os hospeda.

Nenhum trabalho poderá dar os resultados desejados se não forem estudados previamente os planos e programas a serem executados. Na minha precedente exposição, fiz referência à transformação dos campos experimentais e à meação das fazendas privadas. Na presente parte, falo das cooperativas italianas e me deterei no exame dessa organização a fim de dar a minha opinião sobre as utilidades e funções das cooperativas agrícolas.

O nome Cooperativa nos indica que os seus associados devem cooperar no trabalho para o bem-estar comum.

Do ponto de vista teórico, estas organizações cooperativistas parecem ser eficientes e de fácil funcionamento. É necessário, porém, para aqueles que desejam tratar desses assuntos, conhecer igualmente na parte prática a execução dos trabalhos, a fim de corrigir, em tempo oportuno, os erros teóricos.

Separamos nas suas duas funções estas cooperativas, a fim de melhor expor o pensamento: cooperativas de consumo e cooperativas de produção.

Cooperativas de Consumo: são constituídas pelos cultivadores diretos para tutelar a sua produção, para evitar intermediários e vender diretamente ao consumidor pelo seu justo valor. Fazem parte destas cooperativas, associados da mesma zona ou, melhor, do mesmo município.

Estas cooperativas quando os dirigentes, eleitos pelos respectivos associados, cumprem escrupulosamente as determinações aprovadas nas assembleias gerais produzem resultados compensadores para a coletividade.

Na venda ou compra de adubos químicos, inseticidas, fungicidas, utensílios agrícolas e outros materiais, os associados são beneficiados, porque a cooperativa se encarrega desse trabalho diretamente.

No futuro, quando elas tiverem vencido o período de organização e quando existir entre seus sócios maior confiança em suas atividades poderão empenhar-se em estudo visando a organizar indústrias indicadas para beneficiar os seus produtos e a organizar os transportes com os seus próprios meios.

Para instalar as indústrias e adquirir meios de transportes são necessários fundos. O que acontecerá, porém, se os sócios são pequenos cultivadores diretos e não dispõem de recursos suficientes?

Devido ao fato de os sócios serem responsáveis pelas suas propriedades, pelo pagamento das dívidas das cooperativas, conforme as deliberações nas assembleias gerais, se não puderem obter financiamentos a longo prazo e a juros baixos devem desistir do empreendimento industrial, deixando esta tarefa para outras organizações.

Isto pôsto, não é possível duvidar da grande utilidade destas cooperativas para os cultivadores diretos e para as zonas onde estão localizados,

porque uma vez centralizada a produção agrícola, esta estimula o interesse das categorias industriais e comerciais no sentido de imitá-la, organizando-se em Cooperativas ou em Sociedades.

Cooperativas de Produção: estas Cooperativas desempenham uma função diferente daquela das cooperativas de consumo, devido ao fato de seus sócios não possuírem terrenos próprios. Estes trabalhadores agrícolas são diaristas e se associam às cooperativas estimuladas por um único interesse: pagar com a produção do seu trabalho o valor do lote de terreno onde estão localizados, tornando-se, com o decorrer do tempo, proprietários cultivadores diretos.

Estas cooperativas teoricamente são organizações que despertam o interesse dos trabalhadores e do país. Entretanto, na prática, encontram inúmeras dificuldades, principalmente de ordem econômica, porque se não forem financiadas por bancos garantidos pelo governo, não conseguem operar.

O Governo se interessa pela distribuição das terras aos trabalhadores porque assim evita a desertão dos campos e aglomeração nas cidades. Com isso também consegue aumentar a produção e melhorar a alimentação do povo. O governo tem, por outro lado, o dever de examinar e fazer os financiamentos de maneira que o empreendimento tenha êxito, recuperando assim os capitais empatados. Portanto, detenho-me no exame dessas cooperativas a fim de expor as principais dificuldades econômicas a vencer até chegar à primeira colheita.

No momento que uma cooperativa se constitui, elegem-se livremente os ocupantes de seus cargos administrativos. Sendo os sócios trabalhadores, necessitam de técnicos para a direção dos trabalhos do órgão. (É necessário contratar esses técnicos, porque nenhum deles pode ser encontrado entre os sócios da cooperativa). Admitidos os técnicos, nomeia-se uma comissão de estudos para a escolha e compra dos terrenos necessários aos sócios. Depois disso, os técnicos efetuam o loteamento, a construção de casas para os colonos, dos centros de assistência e das estradas indispensáveis. (Esses trabalhos são executados por pessoal assalariado porque sendo pobres os sócios não podem trabalhar para a coletividade gratuitamente, uma vez que sustentam famílias).

Concluídas essas construções, as famílias dos sócios são localizadas no lote de terreno a cada um destinado. (A cooperativa deve providenciar para o sustento das colônias até o fim de primeira colheita).

Como funcionam as cooperativas? Seu trabalho é executado por meio da preparação de todos os terrenos com tratores e do fornecimento a cada família de apetrechos agrícolas a tração animal.

Por que os bancos privados não fornecem financiamento a essas cooperativas de produção?

Isso é motivado pelo fato de que, sendo os dirigentes associados pobres e os técnicos simples empregados, não está a entidade em condições de dar garantias em caso de falência.

Ao Governo, convém garantir êsses financiamentos uma vez que existe dúvida sobre seu resultado?

Se levarmos em consideração a extensão territorial do Brasil, os climas, os meios de comunicação existentes, os centros para aprovisionar, as culturas a serem feitas para melhorar a alimentação da população, o Governo não pode confiar essa

incumbência às cooperativas de produção, sejam elas nacionais ou estrangeiras. A iniciativa de criar novos centros de produção agrícola e de distribuir terras aos trabalhadores do campo é tarefa que pode ser realizada diretamente pelo Governo.

Uma vez organizadas as colônias e localizadas as famílias de trabalhadores nacionais e estrangeiros, obtendo-se posteriormente a primeira colheita, o Governo, ao conceder um contrato de trabalho individual a essas famílias, poderá assentar a forma de administração mais conveniente para a recuperação econômica dos capitais empregados em cada colônia.

